



# Caderno de Encargos

## AJUSTE DIRETO

**Atualização do Sistema de Gestão de Assiduidade**

26/07/2019

## PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

### Capítulo I

#### Disposições gerais

##### Cláusula 1.ª

##### OBJECTO

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré – contratual que tem por objeto principal a “Atualização do Sistema de Gestão de Assiduidade” instalado no Município de Bragança.

##### Cláusula 2.ª

##### CONTRATO

1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

##### Cláusula 3.ª

#### PRAZO PARA FORNECIMENTO DOS BENS E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

1 - O prazo para fornecimento dos bens e implementação da solução é de 30 dias a contar da data de adjudicação.

##### Cláusula 4.ª

##### VALOR BASE

1 – O valor base para o efeito do presente procedimento é de 8.120 €, ao qual acresce o IVA à taxa aplicável.

**Capítulo II**  
**Obrigações contratuais**  
Secção I  
**Obrigações do prestador de serviços**  
Subsecção I  
**Disposições gerais**

Cláusula 5.<sup>a</sup>

**OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO FORNECEDOR**

- 1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor a obrigação da entrega dos bens e prestação dos serviços identificados na sua proposta.
- 2 - O fornecedor fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados para a execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.<sup>a</sup>

**CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS**

- 1 – O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na parte II (Cláusulas Técnicas) do presente Caderno de Encargos.
- 2 – Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

Cláusula 7.<sup>a</sup>

**ENTREGA DOS BENS OBJETO DO CONTRATO**

- 1 – O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens/serviços objeto do contrato, todos os documentos (em língua portuguesa), que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
- 2 – Todas as despesas e custos com o transporte dos bens/serviços objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.

Atualização do Sistema de Gestão de Assiduidade

Subsecção II  
**Dever de sigilo**

Cláusula 8.ª

**OBJECTO DO DEVER DE SIGILO**

- 1 - O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - O dever de sigilo perdura durante o período de execução do contrato e após a cessação, por qualquer forma ou motivo, do mesmo.

Secção II  
**Obrigações do Município de Bragança**

Cláusula 9.ª

**PREÇO CONTRATUAL**

- 1 - Pelo fornecimento (bens e serviços) objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Bragança deve pagar ao prestador o preço constante da proposta adjudicada, acrescida de IVA à taxa legal em vigor.
- 2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 10.ª

**CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 1 – As condições de pagamento do encargo do fornecimento são as seguintes:
  - a) A fatura deverá ser em conformidade com a solicitação apresentada pela Câmara Municipal,
  - b) O pagamento será efetuado contra a apresentação de fatura nas condições indicadas pelo concorrente não podendo a sua liquidação efetiva verificar-se depois de decorridos 60 dias úteis, contados da data de entrega da fatura.

### **Capítulo III**

#### **Penalidades contratuais e resolução**

##### **Cláusula 11.ª**

#### **PENALIDADES CONTRATUAIS**

- 1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Bragança pode exigir-lhe uma pena pecuniária de valor correspondente a metade do valor do contrato, se outra mais elevada não se apurar.
- 3 - Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
- 4 - A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 5 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

##### **Cláusula 12ª**

#### **FORÇA MAIOR**

- 1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de quaisquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitam a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3 - Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;

Atualização do Sistema de Gestão de Assiduidade

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13ª

**RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Bragança pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.

Cláusula 14.ª

**EXECUÇÃO DA CAUÇÃO**

- 1 - Conforme o ponto n.º 2 do art.º 88.º do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro, não é exigível a prestação de caução dado o preço contratual ser inferior a 200.000 euros;

**Capítulo IV**  
**Resolução de litígios**

Cláusula 15.ª

**FORO COMPETENTE**

- 1 - Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Capítulo V**  
**Disposições finais**

Cláusula 16.<sup>a</sup>

**COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES**

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 17.<sup>a</sup>

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

1 - O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

## PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

### 1. Introdução

Torna-se necessário proceder à atualização do sistema de gestão de assiduidade existente no Município de Bragança.

### 2. Disposições Gerais

A solução deve obrigatoriamente contemplar:

- O fornecimento de 12 terminais de controlo de presenças e acesso. Para substituição dos 11 terminais existentes e instalação de mais 1 terminal
- Deve prever a retoma dos 11 terminais existentes
- A instalação e a configuração dos terminais e do software innux. A atualização do InnuxTime Advanced, para a versão mais recente.
- A realização de testes de funcionamento no final da implementação.
- Suporte pós-Implementação com duração mínima de 10 dias úteis de total apoio à solução (telemanutenção e assistência remota) bem como pontuais deslocações quando existir real necessidade para tal.
- Deve incluir a formação necessária, com duração mínima de 6 horas, para que os trabalhadores de RH e de Informática do Município de Bragança responsáveis pela gestão da solução possam realizar, autonomamente, a gestão, configuração e operação do sistema.
- A entrega de declarações de conformidade com o RGPD.
- Garantia dos equipamentos com a duração mínima de 24 meses.
- OBS: O atual contrato de manutenção em vigor continua válido até à data de expiração prevista (janeiro de 2020)

### 3. Características mínimas dos equipamentos a fornecer

- Autenticação tripla com reconhecimento facial, biometria e cartão de proximidade.
- Sistema com 2 câmaras para evitar a fraude na autenticação.
- Autenticação em menos de 1 segundo.
- Autenticação fidedigna com nível reduzido de interferência da iluminação.
- Ecrã LCD touch – screen.
- Comunicação TCP/IP Ethernet e USB.
- Display Cores.
- Autenticação face: standard 500 até 2.500.
- Autenticação bio: standard 5000 até 10.000.